



## COP16 BIODIVERSIDADE

### Resultados

A 16ª Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade (COP16) teve início na segunda-feira, 21 de outubro, e seguiu até o dia 01 de novembro de 2024 em Cali, Colômbia, representando um momento crucial para a revisão de políticas ambientais globais. A Colômbia, anfitriã do evento, teve como um dos objetivos do país para essa COP o de que ela fosse reconhecida globalmente como a "COP do povo", em que cidadãos, comunidades afrodescendentes e camponesas, povos indígenas, cientistas, atores sociais e todos os setores fossem ouvidos e tivessem ampla participação nas discussões, como declarado pela presidente da COP16 e Ministra do Meio Ambiente da Colômbia, Susana Muhamad.

A Conferência é o fórum central de negociação da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) e tem como objetivo principal a discussão de soluções para problemas, como a perda de biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Em 2024, a COP16 marca a primeira reunião após a adoção do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, acordado na COP15, em 2022, e conhecido como o "Acordo de Paris da Biodiversidade". O plano visa reverter a

perda de biodiversidade até 2030, com metas que incluem a conservação de 30% das áreas terrestres e marinhas, a restauração de ecossistemas degradados, a redução da poluição por plásticos e produtos químicos prejudiciais, a promoção de práticas sustentáveis na agricultura, entre outros.

Outro foco essencial do Acordo é mobilizar recursos financeiros, visando atingir, até 2030, um investimento global de pelo menos 200 bilhões de dólares anuais para estratégias e ações de biodiversidade, a partir do aumento do financiamento de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, com planos de financiamento da biodiversidade adaptados às prioridades de cada país e do setor privado, assim como otimizar a transparência e a eficácia dos recursos para garantir uma aplicação mais eficiente e coordenada. A Conferência deste ano também teve como objetivo definir como seria a mobilização desses recursos.

Os países signatários também foram incentivados a apresentar suas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), com foco em ações nacionais para alcançar essas metas globais.

# Resultados da COP16

## Financiamento

### Fundo de Cali:

- Lançamento do fundo destinado ao desenvolvimento de comunidades locais.
- Contribuições comerciais baseadas em uma taxa de 0,1% dos lucros.

### Iniciativas da União Europeia:

- Destinação de € 160 milhões para: capacitação; combate ao tráfico de espécies; conservação da biodiversidade em águas internacionais.

### Compromissos:

- Aumento da ajuda anual para conservação da natureza, de US\$ 15 bilhões para US\$ 30 bilhões até 2030.
- Mobilização de até US\$ 200 bilhões anuais para a biodiversidade até 2030.

### Plano de Ação para 2030:

- Apoio da cooperação internacional e parcerias com o setor privado com:
  - US\$ 20 milhões da Noruega;**
  - US\$ 5 milhões da Suécia;**
  - US\$ 50 milhões em bônus de biodiversidade.**

## Plano Global de Ação:

Aprovação do plano promovendo o conceito de "One Health," interligando biodiversidade e saúde humana.

Apesar desses avanços, impasses nas negociações se tornaram evidentes na ausência de compromissos concretos dos países desenvolvidos em relação ao Fundo Global da Biodiversidade (FGB). O Fundo foi criado para apoiar o Marco Global de Biodiversidade, que visa garantir a proteção de 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030, e requer um investimento estimado em US\$ 20 bilhões até 2025. No entanto, até o final da Conferência, as doações totalizavam apenas cerca de US\$ 500 milhões, evidenciando a discrepância alarmante entre as promessas feitas e a realidade.

As votações finais também evidenciam o desequilíbrio entre o poder de influência das nações desenvolvidas e das nações em desenvolvimento, uma vez que a União Europeia e a Noruega, doadoras do FGB, bloquearam o acordo de monitoramento do progresso feito pelos países em relação às metas do fundo. Além disso, países beneficiados, como Brasil, Colômbia e Equador, possuem um único voto conjunto na governança do FGB, sem influência nas decisões sobre a aplicação do financiamento arrecadado.

Assim, a COP16 encerrou-se em um tom negativo, com a sessão final, programada para sexta-feira (1), sendo suspensa pela falta de quórum e posteriormente prorrogada para o sábado, onde foi concluída sem acordo, determinando novas discussões em uma data futura ainda a ser divulgada.



# Atuação do Brasil

O Brasil recentemente registrou uma das maiores queimadas de sua história, cujos impactos devastadores atingiram 70% das áreas de vegetação nativa, afetando diretamente mais de 10 milhões de pessoas, conforme dados do Monitor de Fogo, monitoramento realizado pelo MapBiomas. No Acre, entre junho e setembro, foram contabilizadas 417 ocorrências de resgate de animais, incluindo espécies emblemáticas como onças, antas, tamanduás e tatus. Episódios semelhantes ocorreram em diversas regiões do país, evidenciando a urgência de ações mais eficazes para a proteção da fauna e flora brasileiras.

Corroborando esse cenário crítico, conforme estudo do InfoAmazonia, o Brasil e mais 162 países ainda enfrentam dificuldades na implementação de metas de conservação. Em resposta, o país retomou a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), que reúne representantes do governo e da sociedade civil para acelerar a implementação de compromissos ambientais. O governo também reafirmou promessas, como o compromisso com o desmatamento zero até 2030, a restauração de 12 milhões de hectares de vegetação nativa e a ampliação das políticas de repartição de benefícios para populações tradicionais.

No entanto, embora no início da COP16 o Brasil tenha apresentado um desenho do conjunto de diretrizes para atingir as metas estabelecidas no Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, ao contrário de grande parte

dos países, o Brasil não apresentou o plano de ação de biodiversidade (NBSAPs, sigla em inglês), esperado nesta Conferência. O conjunto de diretrizes conta com seis novos projetos programados para iniciar em 2025, incluindo as Áreas Protegidas da Caatinga e Paisagens Sustentáveis da Amazônia, com um investimento total de aproximadamente US\$ 72,8 milhões. Também foi anunciado que projetos já em execução no Brasil receberam um aporte financeiro de cerca de US\$1 bilhão, destacando a importância de parcerias e investimentos robustos para enfrentar os desafios da conservação.

Durante a última semana da COP16, o país também lançou a nova edição do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), reafirmando seu compromisso de restaurar áreas degradadas até 2030, em consonância com a Meta 2 do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. A versão 2025-2028 do PLANAVEG foi desenvolvida de forma colaborativa, envolvendo oito ministérios, governos locais, redes comunitárias e o setor privado.

Durante a COP26, representantes dos governos da Colômbia, país sede da COP16 e do Brasil, país sede da COP30, receberam a carta da Missão 2025, coalizão que reúne mais de 70 signatários, incluindo empresas, investidores, governos subnacionais, cientistas, especialistas em dados e líderes da sociedade civil. Com o objetivo de instigar os governos a desenvolverem suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) mais ambiciosos, capazes de limitar o aquecimento global a 1,5 °C.



# Atuação do Setor Privado

Com a participação de mais de 3 mil empresas, a COP16 evidenciou o papel crucial do setor privado na construção de uma economia positiva para a natureza. Vários países incluíram em suas NBSAPs a adoção de estruturas como a Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), iniciativa global que apresenta orientações para a elaboração de relatórios sobre o impacto em relação à natureza, e os Science Based Target Network (SBTN), organização global que oferece a empresas orientações de como reduzir as emissões de gases de efeito estufa de suas produções de acordo com a limitação do aquecimento global a 1,5°C.

Os mecanismos proporcionam às empresas orientações valiosas para medir e reduzir seus impactos ambientais, preparando-as para atender as expectativas de investidores, clientes e reguladores. Essas práticas não são apenas benéficas ao meio ambiente, mas também agregam valor competitivo, já que cada vez mais consumidores e investidores optam por empresas que demonstram compromisso real com a sustentabilidade.

No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) contribuiu previamente com a divulgação do documento “Visão da Indústria sobre a COP16 de Biodiversidade”, abordando temas estratégicos para o país, destacando a necessidade de infraestrutura financeira robusta e acesso ao crédito, especialmente para pequenos produtores e produtos ligados à

biodiversidade. O documento também ressaltou desafios, como a falta de regulamentação para mercados de carbono e pagamentos por serviços ambientais (PSA), essenciais para o desenvolvimento sustentável no Brasil. A CNI também contribuiu, em conjunto com o governo federal, nas negociações durante a Conferência.

Além disso, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) apresentou durante o evento o documento de Recomendações do Setor Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento da Bioeconomia, que defende a criação de mecanismos de financiamento misto, como linhas de crédito público-privadas, para dar suporte a produtos e iniciativas do mercado de produção sustentável. O relatório também traz as dificuldades que o Brasil enfrenta para avançar no tema e discute a necessidade de uma meta de eliminação do desmatamento ilegal, que requer o fortalecimento das políticas de comando e controle, bem como o aprimoramento da regulamentação ambiental, estabelecendo as diretrizes a serem esperadas para o setor nos anos que virão.



# 2024 Biodiversity Finance Factbook

Lançado durante a COP16, o relatório “Biodiversity Finance Factbook”, elaborado pela BloombergNEF, destaca a urgência de mobilizar recursos para a preservação ambiental, sublinhando o papel crucial do setor privado no preenchimento das lacunas de financiamento.

Atualmente, os fluxos financeiros voltados à biodiversidade totalizam cerca de US\$ 208 bilhões anuais. No entanto, para atender as metas globais de conservação até 2030, esse valor precisa aumentar cinco vezes, alcançando aproximadamente US\$ 1,15 trilhão por ano. As metas enfatizam a necessidade de uma resposta coordenada entre empresas e governos, colocando o Brasil em posição de destaque devido à sua vasta biodiversidade e aos riscos ambientais que enfrenta.

O estudo indica que cerca de US\$ 58 trilhões do PIB global depende moderada ou altamente dos serviços ecossistêmicos. Essa realidade impacta diretamente setores essenciais da economia brasileira, como agronegócio, turismo e energia, reforçando que a preservação da biodiversidade não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia de negócios fundamental para fortalecer a resiliência e a competitividade em um mercado cada vez mais exigente.

Além disso, o relatório ressalta que a perda de biodiversidade está intimamente ligada à crise climática, demandando uma abordagem integrada. O Fórum Econômico Mundial, em 2024, classificou o “colapso dos ecossistemas” como o terceiro maior risco com potencial impacto na próxima década. Iniciativas como créditos de biodiversidade e swaps de dívida por natureza, mencionadas no relatório, representam oportunidades concretas para que o setor privado apoie a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que agrega valor e sustentabilidade aos negócios.





## PERSPECTIVAS SOBRE O TEMA

As Conferências das Partes (COP) são encontros globais que reúnem países para discutir e enfrentar problemas urgentes que afetam todo o planeta, desde a crise climática até a perda acelerada de biodiversidade. Embora tenham focos específicos — a COP16, com foco em biodiversidade, e a COP29, que ocorre nesse mês de novembro e é centrada em temas relacionados à mudança climática — esses temas são interligados. A preservação da biodiversidade é fundamental para a estabilidade climática, enquanto ações climáticas eficazes são essenciais para proteger ecossistemas e espécies.

Com a COP29 focada no financiamento climático, e a COP30, programada para ocorrer no Brasil no próximo ano, o setor privado tem uma oportunidade única de alinhar suas estratégias de sustentabilidade e aproveitar o momento para demonstrar liderança nas duas frentes. Essas conferências destacam como os esforços para reduzir emissões e conservar a biodiversidade não só se reforçam mutuamente, mas também oferecem uma vantagem competitiva para empresas que abraçam práticas sustentáveis.

Cada vez mais os resultados das conferências ambientais empurram países a endurecerem suas leis sob

políticas sustentáveis, a União Europeia, em janeiro deste ano, aprovou a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa, determinando não somente que empresas pertencentes ao bloco relatem seu impacto ambiental e social, mas também empresas estrangeiras que gerarem mais de € 150 milhões no mercado da UE. Tendência que cresce em outras regiões, a China recentemente revisou sua Política de Proteção Ambiental, aprovada em 2015, endurecendo sua implementação ao criar, pela primeira vez, departamentos de supervisão ecológica, além de aumentar as penalidades sobre indústria poluidoras, nacionais e estrangeiras, determinando inclusive o fechamento de suas operações caso necessário.

Com a participação ativa nas discussões e nos programas que surgem dessas conferências, o Brasil reforça seu papel como destino prioritário para investimentos ambientais, garantindo o desenvolvimento tecnológico do nosso país e a geração de empregos de qualidade e consequente geração de renda no Brasil. Ao aproveitar as sinergias entre biodiversidade e ação climática, e acompanhando as expectativas resultantes dessas discussões, o setor privado pode se posicionar como líder na preservação ambiental e no desenvolvimento de uma economia verde, alinhando crescimento econômico com a conservação dos ecossistemas.

- Isabela Jara, assessora de Relações  
Institucionais e Internacionais

## SOBRE A PERSPECTIVAS

A Perspectivas é uma consultoria de Comunicação e Relações Institucionais especializada em estratégia de advocacy e comunicação com base nos pilares do diálogo, da ética e da transparência e com foco nos princípios de ESG (Environment, Social & Governance), em especial em Economia de Baixo Carbono, e gestão de frentes parlamentares.

Acesse as edições anteriores de nossa newsletter, em português e inglês, em: [www.perspectivasbr.com/newsletter](http://www.perspectivasbr.com/newsletter)

Contato: [perspectivas@perspectivasbr.com](mailto:perspectivas@perspectivasbr.com)